O DÉBIL MENTAL NO MUNDO DO TRABALHO (*)

por A. PHILONENKO e DR. PH. LAURENT

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1 — *Orientação profissional e debilidade mental:*

Numa pesquisa anterior, "A debilidade mental no adulto jovem" (1) esforçamo-nos pôr em evidência as causas gerais de debilidade (2), e explicar as deficiências características das funções mentais do débil. O método usado nesta obra era puramente clássico: tratava-se de isolar as principais insuficiências do débil e de colocá-lo, desta maneira, em relação com o normal. Tanto mais que êsse estudo ficara, muitas vêzes, por assim dizer, negativo: indicava sobretudo o que *o débil não é*, e propunha utilizar o mesmo no mundo do trabalho, mais particularmente no meio militar — que constituiu o contexto desta pesquisa —, em função *do que êle não pode fazer*, muito mais que em função *do que êle pode fazer*. Com certeza, já tentamos introduzir certos fatôres positivos a fim de justificar a orientação de débeis mentais para empregos tais como "trabalhos de manutenção, nos Serviços de Intendência, das gasolinas, das munições, das macas no serviço de Saúde..., trabalhos de alvenaria para a conservação dos edifícios, abertura e conservação das vias de comunicações por unidades de pioneiros..." (3). Assim, fizemos apêlo à perseverança particular que o débil mental pode aplicar à execução de certas tarefas ao mesmo tempo monótonas, repetitivas e ingratas. Porém, todos os fatôres positivos invocados diziam respeito mais ou menos, às aptidões caracteriais. Por grande que seja talvez o valor dêsses fatôres, os mesmos não poderiam, todavia, constituir os fundamentos de orientação real no mundo do trabalho. Tais fatôres são, com efeito, se-

---

(*) Traduzido do original francês, publicado no número de janeiro-março de 1961 do Bulletin du C. E. R. P. Tradutora: MONIQUE AUGRAS.

(1) P. PECHOUX, J. RESSEGUIER, P. LAURENT, P. KETTLER, Y. THIREAU: "La débilité mentale chez l'adulte jeune; aspects psychologiques, somatiques, sociologiques". Bull. du CERP, 1958, VII, nº 1, 1-9.

(2) Op. cit., p. 49: "Étude critique des facteurs étiologiques de la débilité". Este capítulo sublinha, em particular, a importância das causas sociais na debilidade mental.

(3) Op. cit., p. 53.

cundários na essência mesma. Quando se trata de orientar um propósito normal, consideramos em primeiro lugar as aptidões intelectuais e técnicas, e, depois, fazemos intervir as aptidões caracteriais, a fim de isolar uma garantia suplementar para a adaptação à profissão ou ao pôsto de trabalho. Portanto, a orientação proposta para os débeis era, num certo sentido, superficial, pois, baseia-se em fatôres secundários, cuja positividade merece ser discutida.

Tomemos, por exemplo, a "Persistência" (4) dos débeis mentais que, em certos casos, torna possível a adaptação passiva a trabalhos monótonos, desprovidos de qualquer interêsse e penosos, que aos normais custa-lhes aprender: é difícil afirmar que tal fator predestina o débil para êsse tipo de trabalho. Quando muito, podemos dizer que essa persistência permite-lhes cumprir a tarefa, ou, se quiser, a persistência não poderia constituir uma possibilidade, com tôda a riqueza da palavra. Corresponde, de fato, a uma ausência de impossibilidade — o que, como sentimos, é completamente diferente.

Logo, o problema de uma orientação positiva do débil mental subsiste, e percebemos a dificuldade essencial: *como isolar os princípios de uma orientação profissional positiva para um propósito que dá, em todos os testes clássicos, resultados negativos?*

É pràticamente impossível resolver êsse problema no presente, pela realização de testes capazes de valorizar as aptidões *técnicas* dos débeis. O problema do descubrimento, do diagnóstico, é mal solucionado, e a nossa bateria apropriada aos débeis mentais fica insuficiente; constitui apenas um *primeiro passo* no caminho da investigação das possibilidades relativas concretas de tais propósitos. Como permite circunscrever amplas zonas de aptidão e inaptidão no campo da oligofrenia, essa bateria pode adiantar a solução do problema.

Parece possível realizar um segundo passo na direção da solução, pelo prolongamento da reflexão psicotécnica por pesquisa sociológica e fenomenológica: como queremos saber o que é o débil, e não apenas o que *êle não é,* nos achamos conveniente reconsiderar e desenvolver um assunto que abordamos muito ràpidamente na "Debilidade mental no adulto jovem": *a adaptação sócio-profissional dos débeis mentais.*

Na ausência de métodos psicotécnicos bastante sensíveis para descobrir as possibilidades técnicas e as capacidades concretas, temos apenas um meio de precisar o que são os débeis: analisar o que êles fazem, e estudar os fatôres que presidiram à orientação profissional espontâneamente realizada pelo grupo social. Desta maneira, será talvez possível isolar os grandes princípios que presidirão, qualquer dia, à elaboração de provas psicotécnicas capazes de resolver o problema da orientação positiva do débil. A significação da descrição muito comprida da bateria

(4) "Persistência", no sentido dado por Eysenck, quer dizer: "Possibilidade de efetuar uma tarefa mecânica, respectiva, penosa, e de longa duração".

que tentamos elaborar terá, pois, um alcance limitado, num certo sentido: um dos objetivos será de convencer o leitor de que os propósitos examinados são *efetivamente débeis mentais* (5). A integração social e profissional dêles é, com efeito, a tal ponto surpreendente que pode incitar ao ceticismo. Até nós ficamos surpreendidos pelo nível de tecnicidade de alguns dêles, nível que, muitas vêzes, suscitou reação de incredulidade dos especialistas cuja opinião solicitamos.

Com efeito, o débil fica, no espírito de muitos, como o que gostaríamos chamar o propósito negativo. Assim, afirmam que "as tarefas fáceis que podem ser-lhes ofertadas residem essencialmente em fazer cartonagens, fabricas escôvas, cestas (*sic*), empalhar cadeiras" (6), tôdas profissões reservadas geralmente aos incapacitados visuais. É simples demais identificar *a priori* o débil com o cego, assimilar cegueira sensorial com cegueira intelectual, aliás bem relativa. A experiência prova que o débil é capaz de muitas outras atividades profissionais que ficarão para sempre inacessíveis ao cego: a de guindasteiro, por exemplo. De um outro lado, as profissões que lhe são propostas implicam, muitas vêzes, um comportamento para-social (cf. capít. IV, § 2), ou nâmade que pode ser-lhe sumamente prejudicial, como teremos a oportunidade de demonstrar (capít. V, § 1). Tais projetos de orientação profissional, baseados sôbre a definição do débil como propósito negativo, são ao mesmo tempo demais tímidos e ousados: tímidos demais, com efeito, por que subestimam as possibilidades técnicas; demais ousados, também, porque superestimam as faculdades de adaptação social dos débeis, propondo profissões que arriscam torná-los "vagabundos", ou mais exatamente, "para-sociais", têrmo que definiremos no capítulo IV.

Um dos objetivos dêsse estudo é modificar tais perspectivas. As possibilidades técnicas dos propósitos podem ser exploradas melhor do que estão, quer pela orientação espontânea da sociedade, quer pela orientação profissional, com os seus princípios atuais. Apesar dos incontestáveis êxitos que permite, a orientação espontânea praticada pela sociedade fica muito estreita ainda e falta-lhe plasticidade.

Essa crítica permite-nos esboçar uma dupla superação da debilidade mental, ou, ao menos, das modalidades.

I — Afirmar que *o débil é capaz de realizar certos trabalhos qualificados*, é afirmar também que não existe debilidade incurável. Se a sociedade tomar (ao menos) consciência das possibilidades concretas do débil, se perceber o valor efetivo dêle, em vez de apoiar-se em preconceitos contestáveis, veremos talvez eliminada uma das principais causas

(5) O estudo pormenorizado das deficiências das funções mentais que fizemos em: "La débilité chez l'adulte jeune", IV, p. 39, bastaria para convencer.

(6) PECHOUX, THEVENIN, L. PLANTEL e R. HUGONOT: "Réflexions sur l'orientation professionnelle des anormaux psychiques". "Journal de Médecine de Lyon, avril 1947, p. 273.

de debilidade: o *nível de vida* extremamente baixo concedido aos débeis num mundo que mede a superioridade pela potência simbólica e das faculdades conceituais. Nunca diremos isso: as condições sociais, muitas vêzes miseráveis dos débeis, constituem uma das principais causas da sua miséria mental, e são o verdadeiro fundamento desta lei: *a debilidade engendra a debilidade*.

Essas condições de vida desaparecerão apenas se a sociedade tomar consciência do valor próprio do que gostaríamos de chamar a *inteligência técnica* (7) e consentir remunerá-la ao justo preço. O nosso dever — e não sòmente o nosso objetivo — é levar a sociedade a tal tomada de consciência. A dificuldade de tal emprêsa não nos escapa de modo algum: a superioridade do entendimento sôbre a mão é um dos princípios fundamentais da nossa civilização. Com certeza, Kant disse: "a mão é o cérebro exterior do homem" (8), porém, a superioridade da inteligência é tal a nossos olhos que acabou até disfarçando o valor próprio da mão e do corpo, e que somos cheios de surprêsa ao redescobrir-lhe o admirável poder. Que nos permitam citar uma página de G. Friedmann, onde sentimos viver e nascer essa surprêsa, que teria sido impossível se nós não fôssemos penetrados pela idéia da superioridade absoluta do conceito e do "verbo":

---

(7) O têrmo "técnica" é, nesta pesquisa, usado no sentido primário e oriundo: TEXVH que significa talento, habilidade numa arte. Assim, a TEXVH é a habilidade de que testemunha a obra de um artesão. É fruto do exercício e da experiência, pois opõe-se a ciência, a ΕΠΙΣΤΗΜΗ. A técnica é arte que surge da natureza para voltar-se logo contra esta, esforçando-se para transformá-la. O têrmo técnica muitas vêzes, toma êsse sentido na filosofia de Bergson. O "Homo Faber" possuía a TEXVH, ou poder de *fabricar*; falta-lhe a ciência. Por isso, Bergson opõe-lhe o "Homo Sapiens" (Évolution Créatrice, 77ª edition, p. 140).

Esse precioso sentido do têrmo "técnica", que permite conceber um momento intermediário entre a matéria e a inteligência criadora — quer dizer uma inteligência eficaz, porém, indiferente a teorias e símbolos. Infelizmente está bem desprezada. Técnica virou sinônimo de "ciência aplicada". O "técnico" é aquêle que "aplica" a ciência à matéria. A confusão não é nova; já encontra-se em Aristóteles. Ora usa a palavra TEXVH no sentido próprio, ora a opõe, como ciência, à experiência (Metafísica, I, 1, 981-12). Assim, uma distinção capital corre o risco de ser esquecida. Importa, entretanto, distinguir, com Descartes, a ciência e a teoria de um lado, e "a execução das coisas" que "deve depender da indústria dos artesanos que, pelo comum, nunca estudaram", do outro lado (Diótrica, Discurso 1º). Do mesmo modo, Pascal, na carta dedicatória da máquina de calcular ao Chanceler Seguier, separa a arte da teoria e declara que a ajuda desta última é apenas necessária quando o artesão deve "pôr em perfeição uma nova peça, cujas medidas e proporções ... lhe são dadas por uma pessoa."

Pensamos utilizar a expressão "inteligência prática". Porém, desta maneira, arriscaríamos numerosos mal-entendidos. Essa expressão, com efeito, está sendo usada em psicologia animal e o nosso objeto não tem nada que ver com esta. Além disso, a noção de fabricação, que é essencial, não está implicada, de modo algum, pela expressão: inteligência prática. Não podíamos usar uma expressão que foi introduzida na origem, para substituir o têrmo "instinto" e qualificar as condutas animais que não se podem explicar pela noção de instinto.

(8) KANT: Anthropologie in pragmatischer Hinsich (Insel).

"Através de tôdas as notações sôbre as profissões, afirmam-se essa presença do corpo humano e essas formas tão diversas e nuançadas da atenção aplicada ao trabalho, que poderia ser também chamada, segundo a profunda observação de Navel, *inteligência operária*. Êsses cortadores de lavanda, espalhados ao lado das montanhas do Vaucluse ou das Basses Alpes, com o pacote de colheita em cima das costas, quase de gatas, um dêles levando uma foice como uma pinça de inseto, acreditar-se-ia que a tarefa dêles é bruta, monótona, sem tato nem discernimento. Que êrro! É preciso aplicar-se a tornar hábil o jôgo das mãos, para manejar a foice e pegar as punhadas de espigas cortadas, tirar dêsses gestos espécies de provas ofertadas à atenção, que as corrige: ela está sempre em jôgo, e a perfeição é como um infinito sempre tão afastado" (9).

Temos de levar a sociedade mesma a sentir essa surprêsa que nunca deveria ter existido. Após essa tomada de consciência, é mister obrigá-la a descobrir, em seguida desenvolver, enfim utilizar tôdas as possibilidades dessa inteligência operária, para que reconheça o valor da mesma e o remunere ao justo preço — chegando assim a aumentar o nível de vida daqueles que possuem essa inteligência como único bem. Convém, pois, convencer a sociedade de que existem possibilidades sem apêlo ao simbolismo, que não estão bastante exploradas para elas mesmas e nelas mesmas.

II — Levantar as condições sociais dos débeis é, de certa maneira, procurar a superação da debilidade *pelo exterior*. Porém, podemos também conceber, pelo próprio desenvolvimento das possibilidades concretas dêsses propósitos, a superação *interna* da debilidade mental. *Os ofícios, a nosso ver, têm um valor terapêutico.* Teremos a oportunidade de voltar sôbre êsse assunto. O ponto essencial é o seguinte: *desenvolver as possibilidades concretas, manuais, técnicas, do débil mental,* é procurar curá-lo pelo exterior e pelo interior: pelo exterior, pois é eliminar às vêzes a miséria que torna a debilidade hereditária (10) — pelo interior, pois, desta maneira, o indivíduo está obrigado a dar o melhor de si mesmo e aproximar-se do ponto onde não se deve mais falar de um propósito débil, mas de um atrasado ou de um subnormal.

Assim, devemos condenar enèrgicamente todos os projetos de orientação profissional dos débeis mentais mais ou menos inspirados pelo mito do "Melhor dos Mundos", que penetra o pensamento ocidental de Platão a Huxley, via Leibniz. Essas linhas de Platão estão ainda vivas demais: "O Deus que os afeiçoa, quando produziu os de vocês que são feitos para mandar, misturou ouro com a substância dêles: isso explica porque êles estão no lugar o mais honorável; prata, para os que são feitos para servir de auxiliares, ferro e bronze para os cultivadores e para os artesãos em

(9) "Où va le travail humain?", 2ª edit., p. 55.

10) "La débilité mentale chez l'adulte jeune", pp. 50-51.

geral" (11). Como se o conceito, "VOῦΣ" fôssem de ouro e a mão de ferro. Como se deveríamos considerar tal distribuição dos homens como boa e necessária. Nada mais atraente, nada mais fácil, do que pensar em utilizar o débil como débil e acabar *julgando que possuir homens de ferro é bom.* No estudo precedente, nós talvez cedêssemos à tentação (12). Seja como fôr, uma coisa parece certa: é talvez bom utilizar o débil como tal; é, sem dúvida, preferível *curar* o débil, desenvolvendo as possibilidades concretas. A fim de precisar o nosso objetivo, temos de voltar a essa noção de inteligência técnica, de maneira mais aprofundada.

2) *Inteligência simbólica e inteligência técnica*

A objeção seguinte, com efeito, foi-nos muitas vêzes formulada ao longo das pesquisas: "Ou temos de tomar a sério os relativos êxitos profissionais dos seus propósitos — e êstes não podem ser débeis mentais — ou trata-se efetivamente de débeis e tais êxitos são, quer fictícios, quer devidos ao azar, quer, enfim, exagerados, e de tôda maneira, sem valor,"

A comprida exposição psicotécnica a qual nos dedicamos no capítulo III dêsse trabalho, bem como o capítulo IV da nossa pesquisa anterior, tirarão tôdas as dúvidas relativas à debilidade mental da população examinada. É, contudo, indispensável que isolemos o princípio de tal objeção e que demonstremos que nada se opõe, *a priori,* ao relativo êxito técnico de um débil, mesmo profundo. A importância que daremos à discussão dessa objeção é fàcilmente explicável: é o sentido mesmo, é a possibilidade da nossa pesquisa que está sendo posta em dúvida por tal argumento. Para evitar todos os mal-entendidos, pareceu-nos necessário refutá-lo, desde agora, por um desenvolvimento cuja importância não poderá surpreender.

(11) PLATÃO: "A república", Livro III, 415-a: Tôda a profundeza e tôda a dureza também dessas palavras platonianas aparecerão se reparamos que Platão atribui ao "Deus" o ato dessa repartição (logo é necessária, porque divina; boa, porque divina, etc.) e que, na época de Platão, os comerciantes e os artesãos eram, mais freqüentemente, escravos. O sentido exato dessas palavras é então o seguinte: é bom existirem sêres superiores — porém, não é menos bom existirem sêres inferiores. Como dirá Leibniz: "A sabedoria de Deus não falhou, quando negou a inteligência a certas pessoas." Huxley saberá, pela mediação da antecipação e da sátira, desenvolver êsse pensamento até as últimas conseqüências: a burrice não é um mal, um sofrimento, uma chaga do mundo humano; é uma rodagem essencial e indispensável. Sem sêres humanos incapazes de erguer-se em cima da burrice, um número considerável de trabalho não poderiam ser cumpridos. "Até os Epsilons são úteis. Nós, não poderíamos passar sem os Epsilons." Para renegar completamente essa idéia, seria preciso aprender a pensar nos homens primeiro e depois nas coisas e no confôrto. Isso é, com certeza, uma atitude inconfortável.

(12) "A débilité chez l'adulte jeune", p. 52.

O princípio dessa objeção é a superioridade do conceito e da inteligência simbólica sôbre a inteligência técnica; essa superioridade é inegável. O que contestamos apenas é a conseqüência que se quer tirar: *a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo e relativamente adiantado da inteligência técnica*. Tal conseqüência pode, sem dúvida, parecer natural. Com efeito, em nossa sociedade a atualização e o desenvolvimento das aptidões técnicas estão mediatizados pela compreensão dos sistemas simbólicos — leitura, caligrafia, aritmética, geometria, etc... As consideráveis vantagens que apresentam êsses sistemas — ensino coletivo, economia de tempo na aprendizagem, possibilidades de generalização e de transposição — deram-lhes uma importância sempre crescente em todos os ramos do ensino e em todos os métodos de aprendizagem. Poderíamos quase dizer do simbolismo que nêle temos o movimento, a vida, o ser. Pois, o simbolismo não sòmente mediatiza a aquisição de um número notável de técnicas, mas também condiciona o reconhecimento e a consagração pela sociedade dessas aquisições: é preciso, em muitas provas profissionais, sofrer provas escritas de tecnologia para possuir o título, o diploma que prova a qualificação. Até a filosofia foi penetrada pelo tema de onipotência do pensamento simbólico. Basta-nos citar aqui uma das obras mais profundas e mais notáveis do nosso tempo, que, sem dúvida, está destinada a exercer uma influência mais forte sôbre os trabalhos de psicologia e de psicopatologia: a "Philosophie der symbolischen Formen", de Ernst Cassirer. Êsse autor expôs a ação, a função do simbolismo sob tôdas as formas e todos os níveis: lingüístico, místico, estético, perceptivo, científico enfim (13). O seu único êrro é quiçá ter chegado a identificar a inteligência sob todos os aspectos — até os mais inferiores — com o pensamento simbólico (14). Êsse êrro, se como bem pensamos, trata-se de êrro, é mesmo êrro de tôda nossa sociedade.

Se nos colocamos um instante só na perspectiva descrita, onde o simbolismo aparece como o *primum movens* de tôda ação refletida, a possibilidade de tecnicidade do débil mental tornar-se-á inconcebível e contraditória. Com efeito, *a debilidade mental caracteriza-se por uma incapacidade simbólica fundamental*. Os sistemas simbólicos mais elementários são inacessíveis ao débil mental. Aqui tomaremos um exemplo apenas: a impotência dêle para adquirir os símbolos temporais elementários como dias, semanas, meses, anos. O Professor De Greef, — assim como o Dr. Minkovski — analisaram essa impotência com admirável rigor. (15)

---

(13) Ernst CASSIRER: "Philosophie der symbolische Formen" (I, Die Sprache; II Der Mythos; III e IV, Phaenomenologie der Erkenntnis), 2ª edit., Oxford, 1954. Cf. igualmente do mesmo autor: "Wesen und Wirkung des Symbolbegriffs", Oxford, 1956.

(14) Conforme a crítica de Merleau-Ponty: "Phénoménologie de la perception", p. 148.

(15) DE GREEF: "Essai sur la personnalité du débile mental", Journ. de Psychologie, 1927. MINKOWSKI: "Le temps vécu".

Não sòmente o *conteúdo* dêsses símbolos elementários quer dizer a *sua significação vivida, a duração, mas também a "combinatriz" dêsses têrmos simbólicos, a possibilidade de ligação dêles, de correspondência e de síntese sistemática não podem ser entendidas pelo débil mental.* Poderemos verificar a exatidão dessas notas submetendo os débeis à chamada prova de "Informação" que inclui um certo número de perguntas relativas aos dados elementários do sistema simbólico temporal (16). "Quantos minutos tem numa hora?" "Quantas horas tem um dia?" Quais são as estações do ano?" "Quantos meses e quantas semanas tem o ano?" "Qual é a data do dia de Ano Bom?" "Qual é a data de Natal?". Um débil mental fracassa muitas vêzes perante tais perguntas e podemos duvidar da debilidade de um propósito capaz de dizer, percebendo bem a significação das respostas, quantas semanas tem um ano. Da mesma maneira, um propósito capaz de combinar sem errar os dias, as semanas, os meses e os anos é raramente um débil; para um propósito débil, 4 anos podem, sem dificuldade, ser reduzidos a 24 dias (17). Não interessa desenvolver nesse parágrafo as importantes conseqüências de tal incapacidade, do ponto de vista fenomenológico — afetividade bloqueada dentro de um horizonte temporal de extrema estreiteza, impossibilidade de realizar o ato essencial do *projeto* que abre o porvir, pobreza absoluta das motivações limitadas a um presente que não pode ser situado nem ultrapassado no fluxo do vivido; citamos êsses fatos, apenas para dar uma medida da incapacidade simbólica dos débeis mentais. Desde então, se queremos manter a idéia de desenvolvimento das aptidões técnicas *necessàriamente* mediatizado pela posse dos símbolos e dos sistemas simbólicos elementários, é impossível que nós compreendamos e admitamos a realidade da tecnicidade do débil mental.

Porém, que direito teríamos a manter tal postulado? É certo que, a certa altura, o pensamento técnico e o pensamento simbólico estão ìntimamente ligados — porém êsse nível é, de fato, muito elevado. E não poderíamos justificar tal postulado, baseando-nos sôbre êsse nível só. Se consideramos, com efeito, pesquisas mais modestas, podemos reconhecer, ao contrário, uma relativa independência da técnica para com os sistemas simbólicos e as ciências. "Lembraram, escrever Bergson, que o homem *sempre* inventara máquinas, que dispositivos engenhosos foram imaginados muito antes da eeclosão da ciência moderna, e, em seguida, muitas vêzes, independentemente dela: hoje, simples operários, sem cultura científica, descobrem aperfeiçoamentos nos quais doutos engenheiros não pensaram. A invenção mecânica é um dote natural." (18) Aliás, uma das grandes lições da etnologia é precisamente ter-nos ensinado que

(16) "La débilité mentale chez l'adulte jeune", p. 44.

(17) Para o PR. "X", com efeito, 1 ano = 3 meses; 1 mês tem 2 dias — logo em 3 mêses há 4 dias ($3 \times 2 = 4$) e em 4 anos há 24 dias ($4 \times 4 = 24$). O Pr. "X" declara que "é isso mesmo".

(18) BERGSON: "Les duex sources de la morale et de la religion", p. 325 (76ª edit.). Salientamos certos têrmos.

propósitos que não possuíam os recursos de simbolismo matemático susceptível de encontrar-se com a experiência concreta eram capazes de realizações técnicas. A construção de certos objetos ou utensílios — o arco e as flechas, o anzol ou o propulsor, — (19), ensina-nos a realidade de uma tecnicidade de qualquer maneira, *natural*. Do ponto de vista puramente teórico, pode sustentar-se que a tecnicidade é amplamente independente das possibilidades simbólicas.

Desde então, por que não admitiríamos tal desenvolvimento das aptidões técnicas nos débeis mentais? Por que não pensaríamos que, no débil mental, *as possibilidades técnicas naturais se desenvolvem para compensar a insuficiência simbólica*, como o ouvido e o tato se desenvolvem no cego para compensar a cegueira? Se existe verdadeiramente uma tecnicidade natural, uma geometria natural, numa só palavra, uma inteligência técnica, operária, física até, capaz de desenvolvimento autônomo mas que, na nossa sociedade, se revela apenas, de fato, por uma aprendizagem baseada sôbre o simbolismo, não poderíamos ver qual é o motivo que lhe proibia desenvolver-se, quando ela se encontra sem outro apoio que a sua própria riqueza. Hoje, está admitida, de modo geral, a existência de processo de substituição: tal ou tal órgão desenvolverá as funções e as possibilidades se, por causa de uma determinada deficiência, o organismo não pode efetuar certas operações com o órgão apropriado. Assim, "Quando são amputadas separadamente certas extremidades dos artrópodes... a locomoção faz-se imediatamente da maneira mais adequada, utilizando extremidades totalmente diferentes das "normais", quer dizer, pela atuação de combinações musculares novas". Tais experiências, feitas por Buddenbrock, foram, em seguida, renovadas sistemàticamente por Bethe e alunos seus sôbre diversos animais... Conhecemos fenômenos análogos no homem. Quando u'a mão está inutilizável, por exemplo, no caso de uma hemiplegia ou depois da amputação, vemos a mão ilesa encarregar-se das operações da outra..., pessoas paralisadas do lado direito aprendem muito ràpidamente a *escrever* com a mão *esquerda* (20). Não há nenhuma razão válida que proíbe pensar que tais processos de substituição se desenvolvem na esfera das faculdades intelectuais. W. Stern já formulou essa hipótese: "É possível que no psiquismo — im rein Psychischen — a deficiência de uma faculdade seja suprimida total ou parcialmente pela atuação de uma outra faculdade (21). Sòmente uma dependência rigorosa da técnica em relação com as funções simbólicas poderia proibir a hipótese de tal processo de substituição; ora, tal dependência está longe de ser demonstrada; encontra-se até contradita por uma multidão

(19) J. LUBBOCK: "L'homme préhistorique", por exemplo II, p. 210.

(20) K. GOLDSTEIN "Aufbau des Organimus", p. 147, Haag, Martinus Nijhoff, 1934. Cf. também do mesmo autor: "Uber die Plastizität des Organismus, Hdb. d. norm. u. path. Physiol., XV, p. 1131 sqq MERLEAU-PONTY: "Structure du comportement" (2ª edit., 1949, PUF,) p. 39-41.

(21) W. STERN "Die Differentielle Psychologie in ihren methodischen Grundlagen", Leipzig, 1911, p. 163.

de fatos e experiências. *É possível, pois, escolher como hipótese de trabalho que o nível da tecnicidade encontrado em certos débeis é, de qualquer modo, o resultado de um processo de substituição,* no qual a "geometria natural", a geometria vivida, por exemplo, se desenvolve para compensar uma irremediável deficiência simbólica. Tal hipótese permite-nos ligar dois fatos que a objeção indicada nos levava a separar: a debilidade mental e um certo nível de tecnicidade. A noção de processo de substituição permite-nos respeitar a experiência, dispensando negar seja o fato da debilidade, seja o fato da tecnicidade de certos propósitos. "É ridículo, disseram, filosofar contra a experiência." Isso é bem característico da objeção apresentada, pois, apoiando-se sôbre um postulado contestável — a dependência absoluta da técnica em relação com a função simbólica — ela tende a negar um fato para estabelecer um outro, deslocando assim na realidade ou na experiência uma contradição que é profundamente dela mesma.

A hipótese de disjunção possível entre as aptidões simbólicas e as aptidões técnicas, ou, mais exatamente, a hipótese de processo de substituição baseada sôbre a inteligência técnica, durante uma deficiência do pensamento simbólico, funde e justifica uma análise da adaptação sócio-profissional dos débeis mentais considerada, como valor, positiva, e não sòmente como a simples resultante das insuficiências da inteligência simbólica. Quando expusermos como se adaptaram débeis mentais, quando mostrarmos quanto, às vêzes, essa adaptação podia ser sugestiva e interessante, então descobrîremos, numa certa medida, o que é o débil mental e quais são as suas possibilidades.

Convém, entretanto, dar a êsses têrmos "em certa medida" todo o seu valor. Com efeito, por notáveis que possam ser os resultados obtidos no mundo do trabalho por êsses débeis mentais — não é necessário tirar as dúvidas que surgem sôbre a debilidade? — fica porém o fato de que êles são o fruto de uma orientação *espontânea* e que, contudo, os débeis puderam desenvolver as aptidões técnicas, apenas dentro dos estreitos limites que lhes consente a sociedade. Como veremos, muitos preconceitos, muitos fatôres de ordem sócio-psicológica, opõem-se a um desenvolvimento completo das aptidões técnicas dos débeis. A análise da sua adaptação sócio-profissional não poderia fornecer senão uma modesta idéia das suas possibilidades.

Devemos, desde então, indicar o problema essencial: *"Quais são os limites ideais de um desenvolvimento das aptidões técnicas dos débeis mentais?"* O que é a mesma coisa que perguntar até que ponto o débil mental é reeducável.

Procuraram responder apresentando uma classificação dos débeis mentais que comporta três categorias: os educáveis, os semi-educáveis, os ineducáveis. Tal classificação pode parecer ao mesmo tempo superficial no princípio e grave nas conseqüências. Não queremos dizer que esta classificação é superficial no princípio por causa do seu caráter muito simples, pois consiste numa tricotomia. Em relação com a dicotomia do

senso comum (educáveis — ineducáveis), essa classificação que introduz um têrmo intermediário (os semi-educáveis) representa um progresso apreciável. Se a julgamos superficial, é porque mede as possibilidades de reeducação segundo a importância da deficiência simbólica, que se exprime nos Q.I. (22) obtidos com baterias do tipo Binet-Simon, que são quase exclusivamente compostas de provas verbais. Ora, é do ponto de vista das aptidões técnicas que convém colocar-se para apreciar as possibilidades de reeducação de um débil mental. É um êrro apreciar essas possibilidades do ponto de vista da deficiência simbólica. *Convém, antes, indagar os limites do processo de substituição que é suscetível de realizar-se,* considerando as aptidões técnicas. A classificação discutida não parece ter bastante em conta a necessária mudança de perspectiva que se realiza aqui. Baseada sôbre a noção de Q.I., esquece do fato que a importância da deficiência simbólica não presume nada das possibilidades técnicas. Em outros têrmos, se nos apoiamos sôbre essa classificação, corremos o risco de não perceber que uma forte deficiência simbólica é amplamente compatível com um desenvolvimento relativamente completo das aptidões técnicas. Êsse êrro leva às mais sérias conseqüências: serão classificados como semi-educáveis, e mesmo ineducáveis, propósitos que seriam perfeitamente educáveis. Um só critério pode ser utilizado para distinguir os educáveis dos ineducáveis: é educável todo propósito capaz de *entender ou imitar os gestos simples de um educador*.

Se agora consideramos a ação dos centros de reeducação, a resposta que a mesma pode fornecer à pergunta proposta é muito diferente segundo os métodos utilizados e, sobretudo, segundo os princípios adotados. Quando se quer reeducar os débeis mentais, partindo da superioridade absoluta do simbolismo, obter-se-á resultados desanimadores apenas, bem como a resposta à pergunta feita por nós. Fixar-se como objetivo o Certificado de Estudos Primários é entrar num beco sem saída. De um lado, tal diploma não significa nada socialmente, e é grotesco pensar em ter reeducado um débil se êle obtiver o Certificado de Estudos aos 19 anos — aliás, de que lhe servirá? — de outro lado, tais aquisições são, no débil mental, da mais extrema fragilidade: em 6 meses êle terá esquecido o que necessitou anos para ser aprendido. Dirigindo-se em tal caminho, apenas ter-se-á conseguido contrariar o processo de substituição que deveria ser. Dar-se-á também uma resposta desfavorável ao prognóstico de reeducação, pois não foi percebido que êsse assunto podia ser encarado sèriamente apenas no plano das aptidões técnicas. Se, ao contrário, o problema está convenientemente pôsto, então *estimar-se-á as possibilidades consideráveis, e duvidar-se-á da existência de débeis ineducáveis.* Os Centros que pudemos visitar, onde o lugar mais amplo estava reservado ao desenvolvimento das aptidões técnicas, obtinham os mais encorajantes resultados, chegando, em certos casos, a tornar bons operários até débeis profundos. Entretanto, devido ao objetivo visado — a reclassificação so-

(22) Nos permitimos indicar ao leitor que encontrará uma crítica aprofundada da noção de Q.I. ao comêço do capít. III, § 2.

cial dos propósitos —, o melhor dos Centros fica obrigado a propor-se modestos alcances. *O fracasso não é permitido.* Por êsse motivo, seja qual fôr a idéia que podemos ter das possibilidades técnicas intrínsecas dos débeis mentais, enquanto não estão conhecidas de maneira mais precisa, estamos sendo obrigados, por elementar cautela, a não ultrapassar certos limites.

É a extensão dêsses limites que quisemos precisar e confirmar pela descrição fenomenológica de um caso essencial. No caso do propósito "N", as aptidões técnicas foram, com efeito, totalmente valorizadas, e a reeducação seguiu uma direção ousada, que nenhum Centro podia, por causa das responsabilidades, permitir-se.

Êste caso é, de algum modo, o equivalente, a nosso ver, no campo das nossas pesquisas do caso "Schneider" sôbre o qual Gelb e Goldstein fundaram a teoria geral das deficiências de origem central e da afasia (23). Se o paciente de Gelb e Goldstein conseguia, por raciocínios, por operações simbólicas, conforme gostaríamos de chamá-las, compensar as graves deficiências perceptivas e concretas (24), o propósito cujo caso exporemos chegou a compensar pelas possibilidades concretas as deficiências intelectuais. Procuraremos, pois, desenvolver ao longo dessa exposição a resposta que achamos necessária à pergunta sôbre os limites ideais do desenvolvimento autônomo das possibilidades técnicas do débil mental. Ao estudo do que *são* os débeis mentais, juntaremos, enquanto isso, uma reflexão sôbre o que êles poderiam ser. Assim, é preciso abordar nessa introdução uma última pergunta: aquela que diz respeito, em geral, ao método que usamos para procurar esboçar uma solução do problema do débil mental e da relação do mesmo com o mundo do trabalho.

3) — O PROBLEMA DO MÉTODO

O objetivo dêsse estudo deve aparecer claramente: trata-se de submeter a um exame rigoroso as possibilidades do débil mental no mundo do trabalho. Por definição, o débil mental não pode ser "homo sapiens", pode ser "homo faber"? Essa interrogação exprime sintèticamente a série de problemas que procuraremos resolver.

O método utilizado não pode ser caracterizado como pertencendo a uma *ciência humana particular*. Com efeito, pareceu-nos que a debilidade

(23) GOLDSTEIN und GELB: "Zur Psychologie des optischen Wahrnehmungs und Erkennungsvorgang", in: Psycho. Analysen hirnpathologischer Fälle. Lpz. 1920, I.

(24) Cf. CASSIRER: "Philosophie der symbolischen Formen" Bd III, p. 279. "Durante as entrevistas que tive muitas vêzes a possibilidade de manter com êle, fiquei surpreendido pela claridade, pela precisão do seu comportamento, pelo rigor e pela exatidão formal dos seus raciocínios. Era precisamente essa atividade altamente desenvolvida do pensamento discursivo que lhe permitia, em muitos casos, eliminar a séria deficiência das representações visuais e da memória, de tal maneira que a importância da mesma estava pràticamente desprezível."

mental sendo um *fenômeno humano total*, a sua compreensão pressupunha o uso do conjunto dos métodos apropriados ao estudo de tal fenômeno: método de exame clínico, análise fenomenológica, estudo estatístico. Nenhum dêsses métodos pode ser afastado — nenhum pode bastar, só. O homem, como dizia W. Dilthey, é o fundamento dessa ligação dos métodos que dizem respeito a êle mesmo; a multiplicidade dos modos de aproximação do humano reflete apenas a multiplicidade dêste ser que fica, todavia, numa unidade profunda.

O método estatístico é fundamental nos primeiros capítulos: detém o primeiro lugar nos capítulos II (Definição da população estudada), III (O diagnóstico de debilidade mental), IV (Esbôço de uma classificação das profissões), V (Análise da repartição sócio-profissional dos débeis mentais), VI (Problema do salário). Os capítulos seguintes consagrados à análise do que o débil mental poderia fazer, e mais particularmente à descrição do caso "N", deixam mais amplo lugar para o método fenomenológico.

Entretanto, estatística e fenomenologia ficam sempre estreitamente ligadas. Assim, a discussão da noção de Q.I. e a crítica da doutrina clássica da administração das ordens desenvolvidas no capítulo III, que se baseia essencialmente sôbre a reflexão fenomenológica. Ao inverso, o estudo fenomenológico do caso "N" recorre à estatística para situar os resultados. É nesta unidade dos métodos que parece residir a possibilidade de pesquisa fecunda. Parece antes prejudicial basear-se sôbre distinções puramente teóricas que separam as ciências humanas e se rebentam ao contacto da complexidade concreta do objeto.

Assim, deve-se prestar mais atenção à articulação profunda dêsses métodos diferentes do que à aparente diversidade. O princípio sôbre o qual se apóia essa articulação, é a passagem do que *é* para o que *poderia* ser. Sòmente o método estatístico pode responder à pergunta: "Que são os débeis mentais?" Sòmente a análise fenomenológica pode responder à pergunta: "Que poderiam ser os débeis mentais?". A passagem do estudo estatístico ao estudo fenomenológico constitui a síntese entre os dois têrmos, os dois pólos dêste trabalho. A mais elementar lógica justifica o plano geral segundo o qual foi desenvolvido e organizado: primeiro, estudar com cálculos estatísticos o que são os débeis mentais; em seguida, procurar isolar o que poderiam ser e mostrar as dificuldades que se opõem a ultrapassar a lei segundo a qual "a debilidade engendra a debilidade" — lei que uma sociedade moderna, dizendo-se culta, deve chegar a ultrapassar para quebrar o ciclo gerador de tal deficiência.

É a exposição dessas dificuldades que constituirá o meio têrmo entre os dois momentos dêsse estudo. A análise do que são os débeis mentais persuadirá que êstes poderiam fazer muito melhor e convencerá das ótimas chances de êxito de um serviço de reclassificação social e profissional. Veremos também as dificuldades de tal tarefa, para medir a importância das mesmas e os meios de superá-las, precisaremos saber quais são as possibilidades ideais do débil, quer dizer, até onde êle pode erguer-

se. Assim, a exposição das dificuldades sociológicas e psicológicas, que se opõem ao trabalho de reclassificação dos débeis mentais, conduzir-nos-á naturalmente — e como por antítese — a estudar as possibilidades ideais dêles.

Ficaria talvez para dizer uma palavra sôbre a filosofia que sustenta essas pesquisas. Não hesitamos em pronunciar aqui a palavra filosofia: nessas coisas, é tanto necessário ser filósofo como ser médico. Sem filosofia e sem medicina, não se pode ir longe, pois, essas duas disciplinas só permitem, pela estreita síntese, meditar sem parar a necessária unidade de métodos e a convergência dos mesmos no ser humano. Também, é fácil adivinhar por essas poucas palavras, a filosofia sôbre a qual se baseia uma parte dessas reflexões é uma filosofia essencialmente atentativa ao *vivo* como totalidade e como unidade sintética. Ao mesmo tempo opostas ao intelectualismo que desconhece o corpo, reduzindo-o apenas a um instrumento passivo de uma consciência abstrata que se desdobra na atitude categorial, e ao empirismo que nega o valor próprio do corpo, percebendo-o do exterior como uma "pura" coisa pronta a entregar-se à análise de uma fisiologia mecanística — intelectualismo e empirismo, aliás, são apenas dois erros simétricos, baseados sôbre a mesma ignorância do corpo próprio como *sujeito* — essa filosofia procura sempre descobrir o sujeito, doente ou não, como totalidade viva, enfrentando o mundo e buscando continuamente manter a amplidão da sua vida pessoal e livre dos preconceitos intelectualistas e mecanistas. (25)

CAPITULO II

DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDADA

1) — A população estudada constitui-se de 633 propósitos classificados na categoria "débil" após um exame clínico e psicotécnico profundo, cujos métodos exporemos e discutiremos no capítulo seguinte. Êsses propósitos foram examinados ao longo dos anos 1956, 1957, 1958.

Duas dificuldades merecem ser já notadas:

A primeira diz respeito ao valor intrínseco das informações fornecidas pelos débeis mentais sôbre a própria situação social e profissional. Com efeito, êles estão, às vêzes, incapazes de precisar a natureza exata das atividades. Ignoram, muitas vêzes, a própria classe na hierarquia profissional e, por causa disso, é sumamente difícil estimar ao justo preço a adaptação social e profissional dêles.

---

(25) O leitor pode referir-se à "Fenomenologia da percepção" de M. MERLEAU-PONTY. Com certeza, não podemos aceitar tôdas as teses dêsse autor. Porém não convém expor as objeções que achamos necessárias nem esforçarmo-nos por cercar, ainda mais intimamente do que fêz o autor, o corpo como subjetividade. Também nos contentamos com indicar ao leitor o livro de MERLEAU-PONTY, como a posição mais próxima da nossa.

Êsse obstáculo foi fàcilmente superado pela eliminação dos casos duvidosos — relativamente raros, aliás — em que, por falta de referências fidedignas (certificados de trabalho, boletim de salário), os psicotécnicos encarregados de examinar os débeis encontraram-se na impossibilidade, de um lado, de verificar as declarações; de um outro, de suprir a pobreza e a imprecisão das explicações dadas sôbre a natureza do serviço. (26)

A segunda é de ordem econômica: durante os anos 1956, 1957, 1958, os salários aumentaram consideràvelmente e observamos, até nos débeis, uma variação sensível da renda profissional. Dêste ponto de vista a homogeneidade da população pode ser contestada.

Essa dificuldade é mais delicada para resolver. Três soluções são possíveis. A primeira, a mais rigorosa, consistia em limitar a população ao grupo dos propósitos examinados ao longo do ano 1958; esta solução reduz em certa medida o alcance dos resultados do estudo estatístico: foi logo afastada. A segunda consiste em majorar os salários notados ao longo dos anos 1956 e 1957: de aplicação delicada, tal solução parece, também, não apresentar sempre as condições requeridas por uma pesquisa rigorosa. Apenas resta, pois, conservar as informações dadas pela população examinada durante os três anos e procurar compensar a variação dos ordenados, constituindo "grupos testemunhas" de normais, com os quais os débeis devem ser comparados, com a ajuda de pastas profissionais tiradas do arquivos dos anos 1956, 1957 e 1958. Embora imperfeita, essa solução parece, entretanto, mais satisfatória do que as precedentes.

2) — O fator que, após a debilidade, contribui mais para reforçar a homogeneidade da população estudada é a idade dos propósitos. Todos os examinados, sem exceção, têm 20 anos.

Se os propósitos estudados fôssem normais, êsse limite de idade teria tornado bem difícil qualquer indução ou qualquer extrapolação baseada sôbre os resultados de uma análise estatística da sua adaptação social e profissional: é impossível, com efeito, considerar estabilizada — ou, se quiser, conseguindo alcançar o nível que definirá o fim do seu movimento de "socialização" — uma população de normais de 20 anos de idade. É completamente diferente no caso de uma população de débeis mentais: podemos estimar estabilizada, do ponto de vista da adaptação sócio-profissional, uma população de débeis de 20 anos de idade.

Nesse sentido, nesse sentido apenas, é permitido generalizar com indispensável cautela, é claro, as conclusões tiradas de um estudo sôbre os

(26) Fizemos uma exceção a essa regra: diz respeito aos propósitos que exercem profissões para-sociais (recuperação de trapos, de ferro velho, etc.) que são, evidentemente, incapazes de produzir referências. Achando útil conhecer a importância dêles numa população de incapacitados intelectuais, julgamos necessário incluí-los na pesquisa. A definição de profissão "para-social" será precisada ulteriormente.

débeis de 20 anos de idade para grupos de atrasados mais velhos. Algumas reflexões sôbre o conteúdo e o sentido na noção de adaptação sócio-profissional aplicada aos débeis e aos normais permitem justificar essas afirmações e preparam certas exposições ulteriores. (27)

O que, de certo modo, pode caracterizar e definir a adaptação sócio-profissional do normal é a relativa liberdade, a plasticidade dessa adaptação: longe de ser afinal dominado e encadeado pela situação profissional e social que criou ou escolheu, o normal domina-a, ou acredita dominá-la. Possui, com efeito, certo número de possibilidades inexploradas, de aptidões não realizadas, que lhe permitem, para utilizar, "mutatis mutandis", um têrmo de E. Minkovski (28), preservar a sua "distância" para com as condutas adaptativas. Em outras palavras, a possibilidade de uma re-adaptação faz parte do ajustamento normal ao meio social e profissional, da mesma maneira que a realidade da sua adaptação. É aliás essa possibilidade de readaptação que lhe permite tomar uma atitude crítica em relação com a adaptação e o meio onde ela se desenvolve.

É também essa possibilidade que acabará sendo explorada quando o normal não poderá mais agüentar — ou compensar — os constrangimentos do seu meio técnico, tão bem descritos em numerosos casos de G. Friedmann (29), ou, quando as condições de salário aparecerão como insuficientes demais. Daqui resulta uma tendência mais e mais forte nos normais menores de 20 anos para adquirir uma formação técnica polivalente que lhes permitirá realizar sem dificuldade uma readaptação profissional (30). Essa tendência é, em certos casos, tão poderosa que se pode perguntar se o meio de adaptação, quer dizer, o exercício de uma outra atividade profissional não se torna um fim. Seja qual fôr a resposta que se quer fazer a tal pergunta, entretanto, impõe-se uma conclusão: "A ligação unilateral entre o indivíduo e a profissão fica ruidosamente quebrada: é impossível manter como base de estudo ou de ação... o mito do indivíduo profissionalmente monovalente." (31) Nos propósitos normais, tôda adaptação é, para dizer assim, *superadaptação*. Nada igual no caso do débil: o que pode caracterizar e definir a adaptação sócio-profissional do mesmo, é a impotência para dominar, para transcender a sua própria adaptação. Comparada com as possibilidades de readaptação do normal, as suas próprias são quase inexistentes: tudo

(27) O desenvolvimento seguinte parece-nos tanto mais indispensável nesse capítulo quando achamos que a idade de um propósito débil é, sob todos os pontos de vista, susceptível de criar malentendidos, desde que o comparamos com um normal.

(28) E. MINKOVSKI: "Le temps vécu", pp. 369-370.

(29) Cf. "Le travail em miettes" (Gallimard), passim.

(30) Essa plasticidade profissional do propósito normal apóia-se, sem dúvida, — como nota Friedmann — "Machinisme et humanisme" II, p. 228 — sôbre as possibilidades de transferência dos efeitos da aprendizagem.

(31) "Machinisme et Humanisme", II, p. 227.

acontece como se as suas potências tivessem sido esgotadas pela aprendizagem e pela aquisição dos atos constitutivos de uma atividade suscetível de inseri-lo no mundo do trabalho. Assim, a necessidade de readaptação de tal propósito pode ser catastrófica. (32) Daqui, a sua surpreendente estabilidade sócio-profissional: incapaz de ultrapassar a sua própria adaptação, e elaborar uma atitude reflexiva e crítica com esta e com o meio técnico onde ela se desenvolve, o débil mental quase nunca se esforçará para, de si mesmo, mudar de emprêgo, nem de empregador. A maioria dos propósitos examinados exerciam a mesma atividade profissional na casa do mesmo empregador desde a idade de 14 anos. Êsse fenômeno de estabilidade — cujo valor é bastante negativo, pois, precisaria compará-la com a rigidez dos atos, com a meticulosidade, com a extrema preocupação de ordem que observamos nos propósitos com lesões cerebrais, e cuja significação foi bem isolada por K. Goldstein (33) — parece-nos legitimar a extensão dos resultados obtidos pelo estudo de uma população de débeis mentais de 20 anos de idade. A adaptação sócio-profissional do débil é, de algum modo, uma adaptação *fechada*, enquanto a do normal de 20 anos deve ser considerada como sendo *aberta*: os valôres fenomenológicos da integração sócio-profissional estão quase inteiramente opostos nos dois casos; no primeiro, a adaptação está fixada nas suas modalidades; (34) no segundo, ela inclui a possibilidade de ultrapassar e reorganizar as modalidades de ajustamento ao meio social e técnico que define o mundo do trabalho.

3) — *A origem* geográfica da população estudada agora é levemente diferente da origem que analisamos em "A debilidade mental no jovem adulto".

Enquanto a população considerada antes estava dividida "em duas partes, uma de citadinos, sendo sumamente influenciados por Paris, a outra de camponeses, — sem ter uma zona intermediária, misturando citadinos e camponeses" (35), a população que vamos estudar está ùnicamente composta de propósitos de origem citadina. Êles provêm em totalidade dos departamentos de Seine e Seine-et-Oise, e representam, como precisamos, 95% dos débeis citadinos provindo dos departamentos seguintes Loir-et-Cher, Eure, Eure-et-Loir, Seine-et-Marne, Loiret, Seine-et-Oise, Seine. Essa população pode, logo, ser considerada amostra e ata do bloco citadino cujos aspetos sociais, somáticos, culturais, intelectuais e caracteriais estão detalhadamente descritos no trabalho precedente.

(32) Se nos colocamos do ponto de vista da orientação profissional, essa conclusão é de grande importância. Com efeito, podemos deduzir: 1º) que o problema de uma reorientação é ainda mais delicado do que o problema da reorientação do normal, e, talvez, sem solução; 2º) que, portanto, as conseqüências de uma orientação defeituosa para uma propósito de nível intelectual baixo podem ser trágicas.

(33) K. GOLDSTEIN: "Aufbau des Organismus", Haag. 1934, I.

(34) Também, o conceito de indivíduo "profissionalmente monovalente" não pode ser considerado como um mito no caso de débeis mentais.

(35) "La débilité mentale chez l'adulte jeune", I, 1.

Chamamos citadinos, lembremos, os propósitos que moraram, durante ao menos três anos antes do exame, numa aglomeração superior a 20.000 habitantes, seja essa aglomeração a residência dêles, ou a sede da atividade profissional ou escolar (36).

Os motivos que nos levaram a limitar o estudo aos débeis de origem citadina são claros: sòmente êsses propósitos são capazes de fornecer os dados de um "quadro" representando as possibilidades técnicas dêstes "incapacitados". Com efeito, para estimar ao justo valor a repartição profissional de uma população de débeis mentais, convém escolher propósitos oriundamente colocados num mundo rico em possibilidades e susceptíveis, portanto, de uma certa autodeterminação. O mundo do trabalho rural não preenche essas condições essenciais.

Sendo geralmente admitido que os débeis citadinos são superiores aos camponeses, a eliminação dêstes não poderia, talvez, falsificar a significação dos resultados e não poderia generalizar para o conjunto conclusões tiradas do estudo de uma população superior à média? Para responder a essa objeção, precisaria determinar em que medida o débil é citadino, porque alcançou o nível superior dos limites fixados pela debilidade, ou se alcança êsse nível porque êle é citadino. Sôbre êsse ponto, as conclusões da nossa pesquisa anterior encontram com as do Pr. H. Pieron e Sra.; elas isolam como causa da superioridade relativa do débil citadino as influências e as estimulações fornecidas pela cidade. Achamos que uma análise das possibilidades de adaptação sócio-profissional do débil baseada sôbre o exame de propósitos de origem exclusivamente citadina autoriza uma generalização aplicável à maioria dos débeis.

4) — Todos os propósitos examinados foram reconhecidos aptos ao serviço militar pelo Conselho de revisão; isso não significa que êles sejam, física, mental e intelectualmente normais. O papel do conselho de revisão consiste em eliminar os futuros soldados que apresentam deficiências psíquicas muito acentuadas (idiotia-imbecilidade), taras físicas e sensoriais graves, perturbações motoras de origem central ou periférica muitas vêzes incompatíveis com o exercício de uma atividade profissional normal. Nenhum dêsses casos encontra-se na população estudada, porém, a aptidão ao serviço militar — mais exatamente a pré-aptidão — declarada pelo conselho de revisão não é incompatível com um Q.I. extremamente baixo e com taras às vêzes graves. Assim, a nossa população contém todos os graus de debilidade, muitas vêzes associados com outras deficiências (epilepsia, ambilopia, etc.).

5) — A constituição de grupos-testemunhas é bastante delicada: trata-se de escolher populações de normais que permitirão estimar, por comparação, a adaptação sócio-profissional dos débeis.

(36) A noção de aglomeração e o número dos moradores provêm dos resultados do recenseamento elaborado em 1954 pelo Instituto Nacional de Estatística. O leitor desejoso de aprofundar as características da população estudada poderá referir-se à 1ª parte de "La débilité mentale chez l'adulte jeune".

A primeira dificuldade consiste em determinar a natureza qualitativa dos grupos: é resolvida pela escolha de duas populações: a) propósitos normais sem nenhum diploma superior ao Certificado de Estudos Primários (C.E.P.); b) propósitos possuindo o Certificado de Aptidão Profissional (C.A.P.).

Em função de que princípios está feita a escolha? Convém, em primeiro lugar, comparar os débeis com os normais que oferecem garantias profissionais iguais às dêles. No mundo do trabalho, os débeis apresentam-se de mãos vazias: tal é, ao menos, a opinião que se formula. Para entender o destino dêles, convém compará-los com os normais colocados em condições sensìvelmente similares: os titulares do C.E.P.; pois, para falar verdade, êste diploma constitui uma base bem fraca para iniciarem a conquista do mundo do trabalho. Êsse têrmo de comparação parece-nos o único capaz de fornecer uma justa compreensão da repartição profissional dos débeis, e de estimar as diferenças de adaptação entre essas duas populações. Em segundo lugar, para situar melhor as populações precedentes, é necessário escolher um terceiro grupo, também de normais, porém possuindo uma garantia profissional certa: o C.A.P.

Êsses três grupos parecem bastar para permitir uma visão de certo modo sinótica e para assegurar o valor das análises comparativas: de um lado, a debilidade; de outro, a normalidade, para dizer assim, "desarmada"; enfim, a normalidade bem armada. A constituição de um quarto grupo parece inútil.

Para respeitar os princípios metódicos elementares, é indispensável escolher os normais entre os propósitos de 20 anos, portanto destacando os limites que tal escolha impõe à significação dos resultados. Com efeito, como expusemos na explicação da noção de adaptação, não podemos considerar definitiva a repartição profissional de normais que não possuem diploma superior ao C.E.P., não têm qualificação verdadeira, não estão realmente encaminhados num rumo determinado — tal como indústria metalúrgica, construção, artes gráficas, etc. Êsses propósitos mudarão, sem dúvida, a sua orientação num futuro próximo; a repartição dêles modificar-se-á sem parar, em função dos salários obtidos, das vantagens propostas. Se a estabilidade profissional é uma das características fundamentais dos débeis a instabilidade profissional parece, ao contrário, ser uma das características essenciais dos normais sem diploma superior ao C.E.P. Os salários, ao inverso, flutuarão dentro de limites relativamente estreitos. As diferenças que observamos entre os ganhos dêstes normais e os dos débeis estão pràticamente independentes da idade.

Se consideramos os titulares do C.A.P., vemos que a idade dos propósitos impõe um limite exatamente inverso à significação dos resultados. Com efeito, é possível achar a repartição profissional desta população relativamente estável e significativa: a qualificação dêsses propósitos implica-os bastante rigorosamente no mundo do trabalho para podermos estimar a repartição profissional dêles como sendo independente da idade. Ao contrário, os salários variarão com a idade e poderão

alcançar um nível mais elevado, pois êsses propósitos qualificados acabam de terminar a aprendizagem e mal começam a trabalhar. Se a primeira população de normais está mais ou menos estabilizada quanto ao salário, ela não está fixa do ponto de vista da repartição profissional, e, ao inverso, a segunda população está estabilizada dêste ponto de vista, mas pode ver os seus ganhos aumentar consideràvelmente; as diferenças que, neste domínio, os separam dos débeis sofrerão sumamente a influência da idade. Tais são os limites que a idade impõe à significação dos resultados.

É, lembremos, tirando pastas profissionais nos arquivos dos anos 1956, 1957, 1958 do centro de seleção, que constituímos os "grupos-testemunhas". Cada grupo comporta 500 propósitos, escolhidos pelo sorteio. Foram eliminados aquêles, cuja origem geográfica é diferente da origem dos débeis, e todos aquêles que são suscetíveis de pertubar a qualidade dos grupos: aquêles que obtiveram prazo maior para cumprir as obrigações militares, os propósitos de mais de 20 anos de idade, os titulares de diplomas bem superiores ao C.E.P., e orientados para rumos absolutamente distintos dos que freqüenta a maioria da população normal — profissões intelectuais, ensino, pesquisa, etc. Percebe-se dificilmente que interêsse poderia apresentar uma comparação entre débeis mentais e estudantes. Tanto mais que a maioria dêles mal acaba de terminar os estudos e não trabalha profissionalmente quando êles chegam no Centro de Seleção — tôda estimação de salário é, logo, pràticamente impossível.

As regras da objetividade estatística sendo rigorosamente respeitadas, podemos estimar que essas populações constituem grupos-testemunhas, elementos de comparação valiosa.

Para aperfeiçoar a definição da população estudada, convém expor as normas que presidiram à formulação do diagnóstico de debilidade. Tal é o objetivo do próximo capítulo.

[SEGUE]